



Construção de estratégias de segurança e soberania alimentar: unidade de produção agroecológica no Município de Maricá – Rio de Janeiro - Brasil

*Construction of strategies security and sovereignty food:
agroecological production unit in the Municipality of Maricá – Rio de Janeiro - Brazil*

BASTOS, Joana Duboc¹; MATHEUS, Andreia Cristina²; TABAI, Katia Cilene³

¹ Técnica Cooperar e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica – PPGAO-UFRJ, joanaduboc@gmail.com; ² Técnica Cooperar e Doutoranda na Faculdade de Engenharia Agrícola/FEAGRI -Unicamp, andreamatheus@yahoo.com.br; ³ Professora Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ, ktabai@ufrj.br.

Eixo temático: Construção do conhecimento agroecológico e dinâmicas comunitárias

Resumo: O acesso à alimentação saudável e diversificada é um direito humano, porém a insegurança alimentar ainda é presente em nosso País. Tais aspectos apontam para a necessidade de estruturar mecanismos de promoção e fomento à segurança e soberania alimentar da população. Este relato apresenta a experiência de uma Unidade de Produção Agroecológica constituída através de um convênio entre Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do município de Maricá/RJ e a Cooperativa Cooperar. Os resultados das ações desenvolvidas pelo projeto apontam para a importância de construir instrumentos que fortaleçam estratégias agroecológicas e de segurança e soberania alimentar no município.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura familiar Urbana; Políticas de Alimentação.

Keywords: Agroecology; Urban family farming; Food policies.

Contexto

A Segurança alimentar no Brasil, de acordo com a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº11346, é considerada um direito de toda a sociedade ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis e de acordo com as características culturais de cada localidade (BRASIL, 2006). A lei estabelece diretrizes para promoção da segurança alimentar e nutricional, a partir da constituição de políticas públicas, direcionadas principalmente para as populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a LOSAN é fundamental o estabelecimento de sistemas sustentáveis e descentralizados com base nos princípios da agroecologia e de acordo com a diversidade cultural e produtiva dos grupos tradicionais e agricultores familiares (BRASIL, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional, no seu aspecto conceitual, contempla além da questão do direito humano, a soberania alimentar, a alimentação adequada e segura, a diversidade cultural e territorial e a sustentabilidade ambiental, econômica e social (TABAI, 2017). Enfatiza-se a importância de sistemas alimentares sustentáveis promovendo a diversidade de culturas e melhorando o acesso a



alimentos mais nutritivos, especialmente para os mais pobres, considerando que se constitui em uma grande prioridade política (TABAI, 2018).

A Agroecologia compreendida como ciência, movimento e prática, permite conhecer e trabalhar a produção e manutenção da vida a partir da harmonia entre as dimensões ecológicas, sociais, políticas, econômicas (WEZEL et al., 2009). Promove a produção de alimentos diversificados integrada à dinâmica da natureza, com relações justas de trabalho e qualidade de vida. Nesse sentido possibilita a melhoria da qualidade alimentar, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento da economia local (GOMES; ASSIS; 2013).

Para que políticas voltadas para Agricultura Familiar sejam eficazes, é importante que elas não se concentrem apenas em prover melhorias para os sistemas produtivos, mas forneçam condições que garantam aos agricultores condições de acessar mercados em diversas formas, subsidiando a manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional (MONTEIRO et al. 2018). A prefeitura municipal de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, vem incentivando a agricultura agroecológica e solidária com intuito de promover a melhoria da qualidade nutricional da alimentação do município. Uma das iniciativas é a realização de um convênio com a Cooperar – Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária, denominado “Implantação de Unidade de Produção Agroecológica”.

A existência de uma unidade demonstrativa de produção agroecológica vem transformando a realidade do município, que sofreu amplo processo de urbanização por ser considerada região metropolitana do Rio de Janeiro (SOCHACZEWSKI, 2004). Esta mesma condição lhe confere potencialidade de servir como cinturão verde de abastecimento de alimentos da região. O objetivo do convenio é promover a produção de alimentos diversificados com base nos princípios da agroecologia; construir processos de formação, capacitação e troca de experiência com os temas da agroecologia, cooperação e comercialização; e contribuir para a organização de agricultores/as e comunidades locais, urbanas e periurbanas, capazes de produzir para seu autoconsumo e comercialização. O presente relato de experiência apresenta os impactos e resultados das ações do convênio, em relação ao fomento a agroecologia e a segurança e soberania alimentar no meio urbano.

Descrição da Experiência

O método para a sistematização dessa experiência, parte da concepção de métodos de pesquisa participativa em agroecologia definida pelas condições da dinâmica local (CANUTO, 2005). Utilizou-se como base para a sistematização, o planejamento de trabalho realizado pela equipe técnica da cooperar, a participação nas atividades de campo e formativas e um questionário semiestruturado onde se pode captar a percepções do público envolvido no convênio.



O convênio entre a prefeitura de Maricá no estado do Rio de Janeiro e a cooperativa Cooperar começou em 2016, tem se constituído como uma ferramenta importante de incentivo à segurança alimentar e nutricional através da implantação de sistemas agroecológicos de produção de alimentos, doação de alimentos a escolas e hospitais municipais, formação e capacitação de crianças da rede municipal de ensino e de agricultores do município interessados. O plano de trabalho do projeto está estruturado em, três eixos de ação que atuam de forma integrada, sendo estes; o eixo de produção, formação e escoamento. Dentre as ações previstas estão: i) implantação de unidade de produção agroecológica, ii) assessoria técnica, iii) formações teóricas e práticas para agricultores/as, iv) formação e oficinas para crianças e adolescentes da rede municipal.

O processo produtivo ocorre através da unidade de produção agroecológica - UP e abrange uma área de 3.820 m² pertencente a prefeitura de Maricá localizada na comunidade “Manu Manuela”. São produzidas na unidade olerícolas, tubérculos, leguminosas, grãos, aromáticas, medicinais e adubos verdes; através do sistema de mandalas, consórcios, rotação de culturas, aleias, dentre outros. Existe também na unidade áreas de experimentação e produção de sementes agroecológicas, com intuito de propiciar um espaço pedagógico em relação à importância que os bancos de sementes possuem para a construção da agroecologia.

A UP se constitui como instrumento para experimentação, validação de práticas e sensibilização de agricultores/as, comunidade local e rede pública municipal, através do estabelecimento de práticas agroecológicas com vistas à obtenção de alimentos saudáveis e diversificados, desta forma promove a construção do conhecimento agroecológico integrando o processo formativo à implantação e manutenção da UP, que ocorre através do preparo dos canteiros, instalação dos componentes de irrigação, preparação de caldas alternativas e compostos orgânicos, produção de sementes e uso de adubação verde, garantindo assim a aliança entre teoria e prática (CANUTO, 2005).

Os eixos da formação e capacitação estão estruturados a partir dos temas da agroecologia, cooperação e comercialização. Essas temáticas contemplam estudos e práticas sobre sistemas de produção agroecológica, manejo e fertilidade do solo, controle alternativo de pragas e doenças, planejamento e gestão de empreendimentos sustentáveis, rotação de culturas, interação ecológica, adubação verde e comercialização institucional com foco na Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e na Política de Aquisição de Alimentos – PAA.

Ainda no âmbito da formação o projeto atua em parceria com dois outros projetos da prefeitura que contemplam agricultores e/ou agentes multiplicadores do município e crianças e adolescentes matriculadas na rede municipal de ensino, denominados hortas comunitárias e hortas escolares. O projeto “Hortas Comunitárias” é desenvolvido na comunidade “Manu Manuela”, ao lado da UP. O projeto contempla 30 famílias que receberam o direito de uso da prefeitura, uma área de 400 metros quadrados para produção de hortas em áreas urbanas próximas a sua moradia.



Essas famílias contam com a assistência técnica da cooperar e participam das capacitações realizadas na unidade de produção agroecológica. O projeto “Hortas nas Escolas” desenvolve atividades em seis escolas da rede municipal e na UP. O objetivo da parceria é sensibilizar as crianças, adolescentes e educadores/as para importância de produzir e consumir alimentos saudáveis. As oficinas realizadas nas escolas municipais culminam em sua maioria na implantação de hortas, fomentando junto às crianças a realização de atividades de manutenção, plantio e colheita.

Como atividade complementar ao processo formativo dos agricultores/as e educadores/as de escolas públicas são realizados intercâmbios em experiências de produção agroecológica, em unidades já estabelecidas no estado do Rio de Janeiro e São Paulo. O escoamento da produção de alimentos realizada na unidade de produção agroecológica, ocorre juntamente com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, a partir de um planejamento de distribuição, com doação semanal de alimentos, em sua maioria olerícolas como, couve, alface, rabanete, salsa, cebolinha, almeirão, cenoura, beterraba, entre outras e culturas anuais como mandioca, milho, feijão, batata doce. Os alimentos em sua totalidade são destinados à rede pública municipal que abrange asilos, creches, hospital, escolas, dentre outras.

Resultados

Considera-se que o projeto constitui uma estratégia para o fomento à segurança e soberania alimentar e nutricional do público beneficiário, uma vez que, caracterizado por uma construção comunitária e social, tem como enfoque a produção de alimentos com base nos princípios da agroecologia, apoiando-se na realidade sociocultural do município. Os agricultores participantes têm aumentado a produtividade por unidade de área e a diversidade produtiva em suas hortas, possibilitando a melhoria e diversificação do consumo alimentar e comercialização do excedente. Os estudantes e as escolas de rede municipal produzem alimentos para autoconsumo, e estão mais abertos a conhecer e provar novos alimentos, se interessando cada vez mais em conhecer a produção do alimento que vai para o prato. Com a destinação de toda a produção agroecológica da UP para rede pública municipal (asilos, creches, hospital, escolas), o projeto, possibilita a diminuição dos custos com aquisição desses alimentos e fomenta uma alimentação mais saudável diversa para esse público.

As ações desenvolvidas têm estimulado a agricultura familiar em localidades urbana, periurbanas e rurais que são de suma importância para o desenvolvimento local e permanência das famílias em seu território. Contribuindo para a integração entre moradores do campo e cidade. A atuação comunitária a partir do plantio, do cuidado com as hortas, das trocas de mudas, sementes e conhecimentos, tem sido bastante relevante para a unidade de produção agroecológica, comunidade e escolas, favorecendo processos de sociabilidade no meio urbano (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004).



Ao estabelecer sistemas agroecológicos de produção, o projeto tem contribuído para o resgate de práticas culturalmente desenvolvidas na região, estabelecendo sistemas capazes de suprir parte das necessidades alimentares e socioculturais do município. Acredita-se que projetos como esse sejam mecanismos eficientes para a construção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Espera-se que as estratégias construídas possam ser aplicadas e reproduzidas em outras localidades, considerando as diferentes realidades dos municípios.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano a alimentação adequada e da providências. **Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/L11346.htm

CANUTO, J. C. Metodologia da pesquisa participativa em agroecologia. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA DO MARANHÃO, 2005, São Luiz. **Anais**. São Luiz: UEMA, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, 2005.

GOMES, J. C. C.; ASSIS, WS de. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

MONTEIRO, B. L. ; DIAS, A. ; TABAI, K. C. Políticas Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica, Rio de Janeiro-Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1-10, 2018.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. de. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, v.1, n.0, set. 2004.

SOCHACZEWSKI, J. **Contexto do desenvolvimento adotado pelo município de Maricá, RJ**. 2004. Tese de Doutorado.

TABAI, K. C.. Políticas de segurança alimentar e saúde pública. In: Lúcia Aparecida Valadares Sartório. (Org.). **Sustentabilidade: qualidade de vida, economia alternativa e educação**. 1ed.Nova Iguacu: Editora Entorno, 2018, v. 1, p. 137-156.

TABAI, K. C.. Segurança alimentar e nutricional no contexto da intersetorialidade. In: Denise R. Perdomo Azeredo. (Org.). **Inocuidade dos Alimentos**. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 19-30.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, F.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29, p. 503-515. 2009.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.